

A CEE e o Brasil: um balanço

G. Holanda Cavalcanti*

A experiência indica que, no plano das relações económicas internacionais, as previsões não têm validade acima de prazos relativamente muito curtos. Os acontecimentos dos últimos quinze anos se encarregaram de desacreditar toda a «ciência» da futurologia que, com estrépito, se havia inaugurado no fim da década dos sessenta, sob os auspícios do Hudson Institute. Limitar-me-ei, pois, a algumas modestas conjecturas de curto prazo, baseadas em extrapolações de tendências de longo prazo, e uns poucos prognósticos, fundado na pretensão de que seria instrumento válido para predição a antecipação dos resultados de acções a que se comprometeram agentes com competência e capacidade para realizá-las.

Iniciarei, portanto, esta análise por uma recapitulação das tendências mais persistentes da economia internacional que afectam as relações entre a CEE e o Brasil, para derivar delas algumas conclusões sobre a possível evolução futura a curto prazo. Restrições de espaço impõem, de plano, que este estudo se atenha a certos campos definidos. Assim, nele será abordado apenas o aspecto das relações comerciais, ficando de lado questões como a da cooperação económica num sentido mais amplo, e as da cooperação financeira, tecnológica, científica e técnica, bem como a cultural. Por outro lado, seria difícil tratar do tema das relações comerciais entre o Brasil e a CEE sem inseri-lo numa perspectiva mais ampla, a do comércio da CEE com os países em desenvolvimento (PEDs) em geral, em parte porque elas participam dos problemas gerais que afectam o comércio dos PEDs, em parte pela tendência da própria Comunidade de agrupar seus parceiros comerciais em categorias mais ou menos definidas. Dentro dessas categorias de países, a América Latina ocupa um lugar bem delimitado e, como veremos, pouco prioritário.

Um estudo preparado pelo SELA para a VII Reunião Ordinária do Conselho Latino-Americano, em 1982¹, descreve a maneira como a Comunidade articula suas relações externas com os diferentes grupos de países segundo um esquema hierárquico, de acordo com o maior ou menor interesse de cada grupo para seus objectivos económicos. O estudo distingue oito círculos de intensidade decrescente, alguns deles com subcírculos interiores. O primeiro, de máxima densidade e integração, é

* Embaixador do Brasil junto das CE.

constituído pelos próprios países integrantes da Comunidade. Este inclui, num círculo periférico, os países candidatos a adesão, com os quais a Comunidade esteja em processo de negociação. Normalmente é intensa a cooperação comunitária com tais países, no sentido de prepará-los para a participação plena. No segundo círculo se encontram os países membros da AELC, ou EFTA, com os quais a CEE estabeleceu uma zona livre de comércio e em relação aos quais foram suprimidas as restrições quantitativas no comércio recíproco. No terceiro, estão os Estados Unidos da América, o Japão e o Canadá. Com estes países, as relações, que são extremamente intensas (e frequentemente conflituosas); estão reguladas pelo marco geral do GATT. No quarto círculo se encontram a Turquia, Chipre e Malta, ligados à CEE por acordos de associação e com relação aos quais existe o objectivo final de estabelecer uma união aduaneira. O quinto círculo é constituído pelos hoje 66 países ACP (da África, Caribe e Pacífico), a maioria dos quais ex-colónias de países comunitários, com os quais a Comunidade assinou acordos especiais de cooperação que asseguram acesso franco ao mercado comunitário para seus produtos industriais e preferências para os agrícolas. A Comunidade mantém, ainda, com esse conjunto de países, sistemas de estabilização de seus ingressos de exportação: o «Stabex», que cobre cerca de quarenta produtos agrícolas, o «Sysmin», que protege uma dezena de produtos minerais, e um sistema especial de garantia de preços para o açúcar. O esquema se completa com um programa de assistência financeira para o desenvolvimento. O sexto círculo compreende os países do sul do Mediterrâneo, do Maghreb e do Golfo, que gozam de franquias para as exportações de suas manufacturas, preferências para as de certos produtos agrícolas e acesso aos financiamentos do Banco Europeu de Investimento (BEI). (Sabemos que a Comunidade está em processo de negociação com os seis países do Golfo no sentido de um acordo que inclua a cláusula da nação mais favorecida; o objectivo final desejado seria uma união aduaneira. Caso se chegue a esse resultado, a posição dos países do Golfo se assemelharia à dos países do quarto círculo). A Jugoslávia está assimilada nesse grupo. No sétimo círculo estão os países em desenvolvimento que gozam apenas dos benefícios do sistema geral de preferências. Neste grupo se inscrevem, em vários subcírculos: os países da ASEAN, com os quais a Comunidade assinou um acordo de cooperação económica; a Índia, que tem um acordo preferencial com a CEE; o Paquistão, Bangladesh e Sri Lanka, com os quais a CEE assinou acordos de cooperação comercial e, no caso deste último, mantém esquemas de promoção de investimentos; o Brasil, o México e o Uruguai, com os quais existem acordos de cooperação comercial; e, finalmente, os demais países latino-americanos. O oitavo círculo seria constituído pelos países de economia de mercado, para cujo comércio valem cláusulas restritivas não apenas de

natureza económica mas também de natureza política.

Esta classificação esquemática, apesar de sua aparente simplificação, não está longe de corresponder à realidade das relações comunitárias com o resto do mundo, mesmo hoje em dia. É inegável que a América Latina não tem representado para a Comunidade uma região prioritária, ainda se comparada apenas com outras regiões de países em desenvolvimento, uma constatação que se confirma quando se analisa, por exemplo, como veremos adiante, o impacto discriminatório contra a região latino-americana das medidas restritivas de comércio adoptadas pela Comunidade contra países em desenvolvimento.

Relações CEE – países em desenvolvimento

Começemos, pois, pelo exame das relações da Comunidade com os PEDs em geral para estreitar, depois, a análise sobre as relações da CEE com a América Latina e, finalmente, focalizar as relações da CEE com o Brasil. E tomemos como período de análise, em princípio, o decénio 1975-1985, que já leva em conta todo o efeito do choque petrolífero. Sempre que possível, as fontes estatísticas utilizadas serão as da própria Comissão das Comunidades. Inevitavelmente, os dados citados poderão discrepar dos de outras fontes. Como de extrair tendências, e não de confrontar cifras pontuais, não creio que deva ser dada especial importância a possíveis divergências que não afectem aquelas interpretações.

Uma revista, mesmo perfunctória, da evolução do comércio internacional revelará, ou melhor, demonstrará o que não é surpresa: a constante perda de importância relativa do comércio dos PEDs no total do comércio internacional. Entre 1980 e 1986 a participação dos PEDs nas exportações mundiais baixou de 33,6 para 24,6% e, nas importações, de 28,7 para 25,2 % . Dados recém-divulgados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) indicam que essa tendência se acelerou de 1986 para 1987. Durante o primeiro semestre deste ano, as exportações dos países industrializados cresceram de 16,3%, enquanto que as dos PEDs baixaram em 5,9%!²

Em contraposição, o comércio comunitário não deixou de se expandir. Essa expansão global não é uniforme, porém. O comércio intracomunitário cresceu ao dobro da taxa de crescimento do comércio extracomunitário, tendência que persiste. As estatísticas com os dados preliminares sobre o comércio no primeiro semestre de 1987, divulgadas pelo Office Statistique de la Communauté no dia 12 de Setembro, revelam que nesse período as exportações intracomunitárias cresceram em 1,5% e as suas importações, também intracomunitárias, em 2,7%, enquanto as exportações

extracomunitárias se reduziram em 3,3% e as importações em 3,5%³.

Por sua vez, o crescimento do comércio extracomunitário é resultado fundamentalmente da expansão do intercâmbio com os demais países desenvolvidos. Para uma comparação homogénea e com dados da EUROSTAT, disponho apenas de estatísticas a partir de 1980. Tomando esse ano como base, vamos verificar que, enquanto o índice das importações comunitárias provenientes de outros países desenvolvidos era 200,6, em 1986, o relativo aos PEDs chegou apenas a 120,5, e enquanto o índice das importações comunitárias oriundas dos países desenvolvidos foi de 151,5, ele reduziu-se para os PEDs a 83,3. As mesmas estatísticas da Comissão acima citadas dão conta de que a tendência continua. No primeiro semestre de 1987 as importações comunitárias oriundas dos PEDs diminuíram em 8,5% e suas exportações para os PEDs em 7,8%.

A participação latino-americana no total do comércio extracomunitário é também declinante. Assim, no total das importações extracomunitárias ela passou de 8,7 para 6,1%, entre 1965 e 1986, e no das exportações extracomunitárias de 6,4 para 4,3%⁴. Devo advertir que não tomo aqui o decénio 1975-1985 como referência porque 1975 foi, exactamente, o ano de mais baixa importação comunitária procedente da América Latina, nas duas últimas décadas, em termos relativos (5,5%).

A esta altura, talvez seja importante antecipar uma possível contestação à nossa argumentação. A documentação de apoio submetida pela Comissão ao Conselho, junto à sua proposta sobre a revisão das relações da CEE com a América Latina, de que voltarei a falar, contém estatísticas que revelam que a participação da América Latina nas importações comunitárias de produtos agrícolas é ascendente desde 1968, havendo passado de 14,4 para 20,6% do total. Tais dados são reais; porém, sobre esse aspecto, valem as observações de Patrício Leiva Lavalle, em estudo publicado há alguns meses em Santiago, no sentido de que a América Latina aumenta, precisamente, sua importância relativa de maneira significativa nos *mercados que retrocedem* na estrutura de comércio da CEE⁵.

De facto, uma das razões para a crescente perda de importância dos PEDs e da América Latina em particular no comércio da CEE é a diminuição da importância relativa dos produtos de base, das matérias-primas e dos alimentos, no comércio comunitário. Os bens primários, que constituíam 76% do total das importações por ocasião da formação da CEE, representavam em 1984, apesar do forte aumento das importações de petróleo, apenas 47%. As importações de alimentos, bebidas e tabaco

baixaram de 40,2 para 9,3% e as de matérias-primas de 29,7 para 10,1%, com óbvio impacto para a América Latina, cujas importações eram, e continuam a ser, na sua maioria, constituídas por essas categorias de produtos. Aliás, essa tendência não faz mais do que reflectir o que acontece no comércio mundial, no qual a proporção das transacções com alimentos baixou, entre 1960 e 1980, de 19,4 para 11,2 %, a das transacções com matérias-primas agrícolas de 10,8 para 3,8% e a das com produtos primários, com excepção de combustíveis, de 43,2 para 23,5%⁶.

Essa explicação, de ordem geral, não basta, porém, para dar conta das razões que têm militado contra a boa evolução do comércio entre a Comunidade e a América Latina. O facto inegável, e até certo ponto incompreensível, é a persistência de um tratamento discriminatório contra a América Latina nas transacções comerciais da Comunidade, o que, inegavelmente, tem agravado as circunstâncias negativas de carácter geral.

Recentíssimo estudo da CEPAL, intitulado «O proteccionismo dos países industrializados: estratégias regionais de negociação e defesa»⁷, dá conta de como as medidas proteccionistas adoptadas pelos países industrializados e, entre eles, particularmente pela CEE, afectam mais duramente e de maneira discriminatória a América Latina, em comparação com outras áreas de países em desenvolvimento. Vê-se, pelos dados nele publicados, que os países latino-americanos são os que mais sofrem, e por amplíssima margem, os efeitos da protecção tarifária da Comunidade. Enquanto a taxa média ponderada tarifária aplicada às importações comunitárias provenientes da América Latina se situa no nível de 2,6%, ela é três vezes mais baixa para os países da Ásia (0,9%) e treze vezes mais baixa para os países africanos (0,2 %). Quanto às barreiras não tarifárias, enquanto elas atingem 27,7% das importações comunitárias oriundas da América Latina, afectam somente 10,4% das provenientes da África e 9,9% das da Ásia. Se olharmos o proteccionismo comunitário por categoria de produtos, veremos que alguns dos produtos latino-americanos de exportação tradicional para a CEE são os mais duramente afectados. Assim, para as importações comunitárias de carne, os contingentes tarifários aplicados pela CEE às importações provenientes da América Latina são duas vezes maiores do que os aplicados à totalidade de suas importações desse produto (34,8 contra 17,4%) e as restrições quantitativas cerca de 40 % mais acentuadas (41,4 contra 29,7%). Também maiores são as restrições voluntárias impostas às importações de ferro e aço (13,6 e 6,0%), a aplicação de sistemas de vigilância à importação de cobre (7,5 e 6,9%) e ferro e aço (21,4 e 18,8%), a aplicação de medidas de restrições quantitativas às importações de açúcar (98,9 e 92,3%), a aplicação de gravames variáveis a essas mesmas

importações (10,4 e 8,4%), a aplicação de direitos anti-dumping às importações de ferro e aço (7,8% e 2,0%) e de couro (10,2% e 1,0%) e outras medidas de controle de preços aplicadas às importações de ferro e aço (33,0 e 27,6%), couro (2,2 e 0,2%) e produtos químicos (3,6 e 1,4%). No que respeita a restrições voluntárias à importação de produtos, o impacto sobre as importações oriundas da América Latina foi de 6,7%, enquanto que o sobre o total das importações comunitárias foi de 5%.

Fácil é concluir que não é somente a estrutura das exportações latino-americanas a responsável pelos recorrentes problemas no intercâmbio entre as duas regiões e pela perda de importância relativa da América Latina no comércio comunitário.

Finalmente, a posição relativa do Brasil no conjunto do comércio da Comunidade com a América Latina também acusou, em épocas recentes, certa perda de importância. Assim, enquanto em 1975 o Brasil representava 33,3% das importações comunitárias oriundas da América Latina, em 1980 essa participação havia caído para 29,5%. Nos últimos anos, porém, a participação brasileira tem voltado a recuperar-se e em 1986 elevou-se a 37%. Da mesma maneira, a participação brasileira nas exportações comunitárias, depois de baixar de 30,2% em 1975 para 21,4% em 1980, elevou-se em 1986 a 25%.

Os dados até agora expostos revelam a gradativa perda de importância dos PEDs, da América Latina em particular, e, dentro de certa medida, até mesmo do Brasil para o comércio comunitário. Essa análise talvez devesse ser completada pela observação simétrica: a perda de importância da CEE para o comércio daqueles conjuntos de países.

Não disponho, no momento, de dados para o conjunto dos PEDs. No que respeita à América Latina, e ao Brasil em particular, confirma-se um decréscimo simétrico de importância da CEE para as suas relações comerciais.

Estatísticas recentes do Banco Interamericano de Desenvolvimento mostram que as exportações da América Latina para a CEE, como percentagem de suas exportações globais, baixaram de 29,4%, em média, no período 1961-1963, para 19,2%, em média, no período 1982-1984. As exportações para a CEE foram as únicas a baixar em comparação com o ocorrido nas exportações para outras áreas (EUA, Japão, Oriente Médio e mercado intra-latino-americano). No que diz respeito às importações totais da América Latina, caíram as provenientes da CEE, no mesmo período, em 45,2%, enquanto que as oriundas dos Estados Unidos caíram de apenas 16,8%. Segundo dados do FMI (processados pelo IRELA), entre 1975 e 1985 a participação da CEE nas exportações globais da América Latina decaiu de 24,0% para 17,9% e nas

importações totais, de 24,1 para 21,5%⁸.

Finalmente, também no que diz respeito ao Brasil, a CEE tem perdido importância relativa no seu comércio global. Assim, segundo dados da CEPAL⁹, enquanto as exportações brasileiras para os Estados Unidos cresceram em 438,5%, entre 1975 e 1985, as exportações para a CEE aumentaram, no mesmo período, em apenas 158,3%. Da mesma forma, enquanto as importações brasileiras oriundas dos Estados Unidos decresceram, nesse período, em 16,1%, as provenientes da CEE se reduziram em mais do dobro (38,7%). Em consequência, a importância da CEE para o Brasil diminuiu em termos relativos, e isso tanto no que respeita sua participação nas importações realizadas pelo Brasil, que se reduziram de 25,8% do total, em 1970, para 16,5%, em 1980, e 14,4%, em 1985, quanto no que diz respeito a sua participação no mercado para as exportações brasileiras, que se reduziu, nos mesmos anos, de 33,1 para 30,5 e 26,5%, respectivamente. A esse respeito, vale notar, pois não seria estranho a esse resultado, que, nesse último ano, 27,7% das exportações brasileiras para a Comunidade foram objecto de barreiras não-tarifárias, enquanto apenas 17,2% das destinadas aos Estados Unidos e 15,8% das dirigidas ao Japão sofreram restrições semelhantes.

Não será necessário realizar o trabalho de projectar linearmente essas tendências para chegar-se a conclusões pessimistas quanto ao futuro a curto prazo das relações comerciais entre os dois conjuntos de países, caso permaneçam inalterados os factores que têm conduzido aos resultados analisados.

Uma possibilidade de reversão das tendências expostas poderia existir se os dois grupos de países estivessem no limiar de transformações conjunturais importantes no sentido da reactivação de suas economias, o que poderia dar novo ímpeto às importações comunitárias e despertar um interesse especial da Comunidade pela América Latina, ou, no caso que nos interessa, pelo Brasil. Tal não parece ser o caso no horizonte limitadíssimo em que possam ser razoáveis as previsões, digamos até ao fim desta década ou até aos primeiros anos da década dos noventa.

Não é favorável a conjecturas de expansão para o conjunto dos países desenvolvidos o clima económico internacional. O caso dos países comunitários, que nos interessa agora, não é distinto. Por razões que não vem ao caso analisar aqui, confronta-se a Comunidade com um quadro de lento crescimento e de alta taxa de desemprego que não permite antecipar uma substancial modificação, a curto e mesmo a médio prazo, dos parâmetros externos de sua economia.

De facto, enquanto em Maio de 1986 a Comissão entrevista, para 1987, uma taxa de

crescimento da economia comunitária de 3,25%, já em Dezembro do mesmo ano a revia para 2,75 e em Junho do ano seguinte para 2,2%, estimativa que acaba de confirmar. Para 1988, as estimativas de crescimento anunciadas no mês de Outubro são de 2,3%. Tais perspectivas não permitem esperar uma recuperação do mercado de trabalho e conseqüente aumento da demanda para consumo. Na verdade, o problema do desemprego nos países comunitários tem assumido tal proporção que alguns economistas de renome¹⁰ já o consideram de natureza estrutural. De facto, enquanto nos Estados Unidos a taxa de desemprego se tem mantido praticamente estacionária nos últimos dez anos, em torno dos 7%, e apresenta mesmo, nos últimos meses de 1987, um descenso (6% em Julho e 5,84% em Setembro), e no Japão tem-se mantido entre 2 e 3 %, na CEE em seu conjunto ela não cessou de crescer desde há mais de dez anos, passando de 4,2% em 1975 para 5,9% em 1980 e para mais de 12% nos últimos anos, nível em que se prevê poderá estabilizar-se, a menos que se modifiquem substancialmente os parâmetros de desenvolvimento económico comunitário. Ora, uma das recentes *EC Business and Consumer Survey* prevê a estabilização da taxa de investimentos na Comunidade em torno de 5%, o que não evitaria novos desempregos. Para recobrar o nível de desemprego de há dez anos seriam necessários, segundo a mesma publicação, investimentos da ordem de 10% do PIS comunitário por muitos anos seguidos, o que parece estar longe de ser possível. Tais circunstâncias, por si sós e sem necessidade de explicações que recorram ao comportamento conjuntural das taxas de câmbio, explicariam boa parte da perda de competitividade comunitária face a outras economias desenvolvidas. A própria Comissão, no relatório mensal sobre a situação económica, publicado em Junho de 1987, anotava que o custo relativo da unidade de trabalho sobre o total da economia, para o conjunto comunitário, havia-se elevado, em 1986, de 11,3% e deveria, provavelmente, crescer de ainda 7,5% em 1987; enquanto isso, a mesma relação se reduziu em 18,5% nos Estados Unidos, em 1986, tendência que deverá prorrogar-se, no nível de 7%, em 1987.

Nas condições acima expostas, não surpreende a previsão de que as importações comunitárias continuarão a crescer mais lentamente no futuro imediato, baixando sua taxa de expansão de 6,7%, em 1986, para 5,7 em 1987 e 4,6 em 1988. Vejam-se, com relação a isso, as previsões da própria Comissão de diminuição da taxa de crescimento da demanda privada na Comunidade de 3,9% em 1986, para 3,1% em 1987 e 2,7% em 1988¹¹. Não estariam por modificar-se, pois, num sentido favorável à expansão económica, os parâmetros de crescimento comunitário e não ficariam

postas, portanto, de seu lado, as condições para uma reversão das tendências no comércio com a América Latina ou o Brasil.

Segundo a OCDE, no entanto, o quadro negativo não é necessariamente irreversível. As condições para um crescimento sustentado existem, graças, sobretudo, ao controle que parece haver-se estabelecido sobre a inflação e à redução das taxas de juros. Essa retomada só será possível, porém, se se restabelecer a confiança do sector privado, abalada pela amplitude das variações das taxas de câmbio, e se se adoptarem medidas macro-económicas orientadas para certas reformas estruturais inadiáveis. Tais medidas são, essencialmente, as que figuram nos acordos do Louvre, no Consenso de Tóquio, nas recomendações da OCDE e nas conclusões da Cúpula de Veneza. Essas recomendações seriam reconfirmadas pelo Comité Interino do FMI, em sua reunião anual, no mês de Setembro de 1987, em Washington.

Como se recorda, os países industrializados consideram que o problema central para a recuperação dos investimentos, a expansão da demanda interna e o crescimento equilibrado do comércio internacional está no ajustamento e na disciplina das taxas de câmbio, estas seriamente afectadas pelas distorções introduzidas em decorrência das políticas monetárias e fiscais de alguns Estados grandes, particularmente os Estados Unidos, a República Federal da Alemanha e o Japão. Impor-se-iam, por parte dos Estados Unidos, medidas orientadas para a redução do défice orçamentário e das taxas de juros, e, por parte do Japão e da Alemanha, para a redução de seus superávits, no primeiro caso pela diminuição e, no segundo, pela expansão da demanda interna. A redução das taxas de juros e a retomada dos investimentos teriam, ademais, a consequência positiva de melhorar a posição dos países endividados do Terceiro Mundo e de aumentar-lhes a capacidade de importação. A essas medidas seria preciso acrescentar as reformas estruturais indispensáveis no sentido de a) suprimir os entraves artificiais e o proteccionismo que afectam o comércio internacional; b) eliminar os subsídios à produção agrícola, que distorcem os padrões de produção, consumo e comércio internacional; e, finalmente, c) aliviar a carga representada pelo serviço da dívida externa dos países do Terceiro Mundo, de modo a permitir-lhes expandir as importações.

Sobre estes três últimos aspectos, as perspectivas não são animadoras. Quanto ao primeiro, segundo o *IMF Survey* do mês de Julho de 1987, as medidas de liberalização do comércio ocorridas durante 1986 foram adoptadas sobretudo pelos países em desenvolvimento; os países industrializados, ao contrário, aumentaram seu protec-
cionismo. Quanto ao segundo, são os países desenvolvidos os que mais estão subsidiando sua agricultura. O *Economie Research Service* do Departamento de

Agricultura dos Estados Unidos publicou um estudo comparativo pelo qual se verifica que países essencialmente agrícolas, como a Austrália, a Índia e mesmo o Brasil, apresentam os mais baixos índices de subsídio à agricultura (9, 8 e 7, respectivamente, segundo a escala adoptada no estudo), enquanto que são os países industrializados os mais protectores: Japão (72), CEE (33) e Estados Unidos (22). No caso da CEE, os subsídios à produção agrícola foram aumentados e não reduzidos nos últimos dois anos. É conhecida, também, a reacção negativa da CEE à proposta norte-americana de um ambicioso programa para a eliminação dos subsídios à produção agrícola nos países industrializados até ao final do século. Considera a Comissão impraticável a proposta no plano comunitário e irrealista no plano mundial. Finalmente, quanto ao alívio da carga financeira representada pela dívida externa, nenhum sinal existe de que os governos dos países credores estejam dispostos a alterar suas políticas conservadoras sobre o assunto. Sabemos, ademais, que a esse respeito a posição dos credores europeus é bem mais restritiva e contrária a soluções consensuais do que, por exemplo, a dos credores norte-americanos. Recentes elevações das taxas de juros na Alemanha fazem temer evoluções alarmantes nesse sector.

O que é grave, porém, é achar que a expansão do comércio dos PEDs deva depender da retomada do crescimento económico nos países desenvolvidos. Não é certo que essas condições tidas como prévias se cumpram em prazo útil, nem que, uma vez cumpridas, suas consequências sejam as desejáveis.

Perspectivas de recuperação e expansão do comércio internacional

Passando, agora, para o lado latino-americano e brasileiro, que perspectivas existem de recuperação a curto prazo do desenvolvimento e de expansão do comércio internacional?

Se é arriscado fazer previsões sobre a evolução da economia europeia, muito mais o é fazer sobre a da economia latino-americana, menos estruturada, mais sujeita às atribulações da economia internacional, mais vulnerável a variações políticas internas. No entanto, mesmo o mais optimista estudioso da situação política e economia da América Latina não se atreveria a apresentar conjecturas favoráveis a uma recuperação significativa do crescimento latino-americano nos próximos anos. Em verdade, os indicadores disponíveis apontam, antes, para um quadro de dificuldades crescentes, ou até mesmo insuperáveis, a menos que se alterem substancialmente as condições de desenvolvimento, tanto internas quanto externas.

Os dados relativos à recente evolução económica da América Latina e do Brasil são particularmente dramáticos. Segundo o último Anuário da CEPAL¹², a taxa de crescimento do PIS da região, que foi em média de 5,4% no período 1970-1975, e de 5,0% em 1975-1980, baixou para apenas 0,4% no período 1980-1985; nesses mesmos quinquênios de referência, a taxa de crescimento do PIS brasileiro baixou de 9,5 para 6,8 e para apenas 1,9%. Em consequência, o PIB *per capita* latino-americano, no final de cada um desses períodos, apresentava taxas de crescimento que, para a América Latina em seu conjunto, foram de 2,8, 2,6 e -1,8% e para o Brasil de 6,9, 4,3 e -0,3%!

Esse clima recessivo que se instalou no continente latino-americano teve reflexo imediato na capacidade de importação da região. Sempre tomando as médias dos períodos assinalados, vemos que as importações latino-americanas, como percentagem do PIS, baixaram de 13,2 para 9,6% entre 1970-1975 e 1980-1985 e as brasileiras de 15,0 para 6,1%. Essa queda não é o resultado, porém, de uma redução do valor das exportações, ou, melhor dito, apenas de uma redução no valor das exportações. Esta ocorreu, sem dúvida, como decorrência de uma deterioração dos termos de intercâmbio. Assim, se tomarmos o ano de 1980 como base, verificaremos que, no caso do Brasil, o índice da relação dos preços de intercâmbio, que teria sido de 154,8 em 1960, 139,4 em 1965, 134,1 em 1970, e 117,5 em 1975, teria baixado para 83,5 em 1985. Ora o que se constata, observando o comportamento das exportações no período analisado, é que nunca foi maior o esforço de exportação dos países latino-americanos. Sempre como percentagem do PIB, vemos que, para a América Latina como um todo, as exportações passaram de 12,6 para 16,5% e para o Brasil de 8,5 para 12,6%, ao longo do período. Graças a esse esforço conjugado de redução das importações e de expansão das exportações, pôde a região passar de uma situação deficitária em sua balança comercial para uma situação altamente superavitária: no caso da América Latina, de um déficit de 8,5 bilhões de dólares, em 1975, para um superavit de 35,5 bilhões, em 1985; no caso do Brasil, de um déficit de 4,9 bilhões para um superavit de 10,8. A constituição de tais saldos, porém, em nada beneficiou o desenvolvimento da região pois foram eles utilizados praticamente apenas para saldar os compromissos externos acumulados, e, ainda assim, como veremos, não foram suficientes sequer para atender a esses objectivos. As remessas de juros e dividendos, que representavam no início do período 19,1% do valor das exportações de bens e serviços para o total da América Latina (1984) e 25,4% para o Brasil (1985), alcançavam no fim do mesmo 45,6 para a região (1984) e 45,8% para o Brasil (1985). Em consequência, o balanço das contas correntes, apesar da situação

superavitária comercial, acusava no fim do período, para a região como um todo assim como para o Brasil, situações deficitárias. Tais resultados não reflectem, apenas, uma elevação das transferências líquidas de recursos mas também uma diminuição real dos ingressos de recursos para complementação da poupança nacional. Assim, a contribuição do financiamento externo líquido para a inversão interna bruta, que era de 16,4% para a América Latina como um todo e de 27,7% para o Brasil, em 1975, não representava mais do que 2,6% para a região e 0,6% para o Brasil em 1985.

Diante de tal quadro que se pode esperar de positivo para os anos por vir?

A CEPAL publicou recentemente um relatório sobre a conjuntura económica dos nove países mais importantes do ponto de vista económico na América Latina. Em seu conjunto, esses nove países representam 90% do produto bruto da região e 85% da sua população. Apresentando o estudo, em Santiago, observava Norberto Gonzalez, secretário executivo daquela comissão, que por ele se podia concluir que os países latino-americanos não estão sendo capazes de simultaneamente controlar a inflação, manter o crescimento económico e melhorar suas contas externas. Qualquer esforço para atender a um desses objectivos representa necessariamente retrocessos nos demais. Isto, segundo ele, era grave, pois revelava que as economias da região estavam «adquirindo uma configuração estruturalmente recessiva»¹³.

Sobre o caso especial do Brasil, deixa a CEPAL aberta uma janela de maior esperança ao observar que ele tem revelado «uma extraordinária flexibilidade e competitividade», o que o tem ajudado a superar os constrangimentos conjunturais de forma por vezes surpreendente. Mas, se estamos analisando aqui tendências observadas objectivamente, não seria o caso de extrapolar essa observação lisonjeira num sentido ufanista. As condições reais com que se defronta o Brasil são de consideráveis pressões que se acumulam de forma contraditória para a solução dos três problemas já mencionados: o controle das tendências inflacionárias, a necessidade da recuperação económica – agravada pelo componente da urgência de um reequilíbrio social vertical e horizontal –, e a imprescindibilidade do remanejamento da dívida externa, de modo a permitir ao país retomar os níveis de importação e reaver os investimentos estrangeiros essenciais ao desenvolvimento industrial e à modernização da economia.

Fácil é verificar que, ainda quando muitas das acções requeridas para a reversão das tendências negativas acima registadas possam depender de medidas nacionais dos países da região, medidas que, por vezes a um custo social elevado – e mesmo ao risco de um preço político sério, vêm sendo tomadas por muitos governos latino-

americanos, outras, e não menos essenciais, fogem completamente ao controle dos países da região. À tradicional vulnerabilidade dos países exportadores de matérias-primas, sujeitos a variações de receitas decorrentes de medidas tomadas nos países importadores, fora de sua capacidade de influência; à competição em condições inequitativas que os países desenvolvidos fazem aos países em desenvolvimento produtores agrícolas e pecuários, arrebatando-lhes mercados tradicionais à custa de subsídios; às crescentes barreiras de toda ordem que os países desenvolvidos exigem à incipiente capacidade de produção dos países em desenvolvimento; à dependência tecnológica que mantém os países em desenvolvimento numa espécie de servidão permanente nos seus esforços de industrialização, acrescenta-se a mais insidiosa das formas de desestabilização das economias dos países em desenvolvimento pelos países desenvolvidos que é a perturbação causada nas suas contas externas por políticas monetárias e fiscais adoptadas para atender a fins próprios destes, cujos impactos se fazem sentir, porém, e de forma por vezes dramática, sobre aqueles. A acelerada acumulação de uma dívida externa imanejável e essencialmente destabilizadora, que tais políticas propiciaram e vêm alimentando, é o mais grave fenómeno económico da história contemporânea, uma tragédia *in fieri* da qual aqueles que detêm os instrumentos para a evitar parecem considerar-se imunes e irresponsáveis¹⁴.

O que se recusam os países desenvolvidos a aceitar, na verdade, é que a crise mundial actual tem um carácter sistémico e estrutural e não encontrará solução estável enquanto for tratada como uma colecção de crises conjunturais¹⁵.

Até agora não avançamos conjecturas além do curto prazo e, sentindo já frágeis quaisquer projecções das tendências analisadas, gostaríamos de nos arriscar a tentar o médio prazo. Tais projecções existem, porém, embora menos frequentes, menos ambiciosas e menos auto-confiantes do que costumavam ser há vinte anos atrás. Não apenas o inesperado de certos acontecimentos (a crise do petróleo a partir do segundo quartel da década passada), mas também o da reacção dos governos a esses acontecimentos, ensinou aos prognosticadores a serem mais cautelosos nas suas antecipações. Ainda assim, algumas previsões estão disponíveis e serão aqui rapidamente mencionadas. Refiro-me, basicamente, àquelas contidas nos relatórios anuais do FMI (*World Economic Outlook*, 1987) e do Banco Mundial (*World Development Report*, 1987), mas também mencionarei as de fontes privadas, como os estudos macro-económicos de Chase Econometrics.

No que diz respeito aos países industrializados, as expectativas do FMI para 1988-1991 são de que a taxa média de crescimento do PNB se situe em torno de 2,9%, o

que representaria uma elevação quase nula sobre a taxa prognosticada para 1988 (2,8%). O Fundo não dá uma estimativa para o conjunto dos países industrializados para o período 1989-1995, mas, como estima menores as taxas para os Estados Unidos e Japão nesse período, e estacionária para a República Federal da Alemanha, pode-se concluir que para esse prazo mais amplo a taxa prevista para o conjunto será inferior à que chegou para a projecção mais curta. A projecção baixa do Banco Mundial, que aqui mencionamos por ser a menos qualificada quanto a condições para que ocorra, é inferior à do Fundo (2,5%)¹⁶. Tais projecções, evidentemente, não auguram uma expansão da demanda e do comércio internacional de molde a justificar a esperança de uma forte retomada das importações, particularmente das oriundas dos países em desenvolvimento. Chase Econometrics chega a conclusões semelhantes. Segundo sua análise, não é possível esperar que o crescimento das economias dos grandes países industrializados possa superar 3,0%, e isso até ao fim do século, não apenas por razões do lado da oferta (alto custo da incorporação de novas tecnologias, o que retardará sua aplicação em uma ampla gama de produtos; lento crescimento da força de trabalho), como, e talvez principalmente, por razões do lado da demanda (tendência à redução do gasto público; e, do lado da demanda privada, o impacto daquelas políticas sobre o consumo privado e uma possível orientação dos devedores privados e das empresas no sentido de procurar aliviar a carga de suas dívidas em vez de agregar demanda para consumo ou investimento)¹⁷.

As projecções a médio prazo com respeito aos países em desenvolvimento são, evidentemente, muito mais condicionadas, sobretudo aquelas que dizem respeito aos países mais endividados. Não é o caso de entrar aqui no tipo de considerações com que elas são apresentadas nos estudos mencionados. As projecções do Fundo para os PEDs do hemisfério ocidental são de um crescimento de 4,0% em 1987-88 e 4,8% em 1989-90; para referência, o crescimento entre 1965 e 1973 foi de 6,3% e entre 1973 e 1980 de 4,4%. Entre 1980 e 1986, obviamente, a taxa de crescimento foi mínima, 1,9 %. O Banco Mundial coloca em nível inferior sua estimativa conservadora para os países altamente endividados, em 3,5% para o período 1986-1995. Os cenários acima são considerados «optimistas» pela CEPAL¹⁸.

A CEE e o continente latino-americano

Mencionámos no começo deste trabalho que uma segunda forma de ante ver a evolução de uma relação económica seria elaborar prognósticos, tirando conclusões de compromissos formalmente assumidos por responsáveis pelas políticas

económicas de ambas as partes. A previsibilidade aqui é função directa do alcance dos compromissos, da competência de quem os assume e da confiabilidade da sua execução. Se encararmos o problema das relações entre a CEE e o continente latino-americano, ou entre a CEE e certos países latino-americanos como o Brasil, por essa óptica prospectiva, o panorama aparece menos sombrio do que o até agora descrito. A esse respeito, medida importante foi a aprovação, no dia 22 de Junho de 1987, pelo Conselho e pelos representantes dos governos dos Estados membros da Comunidade, de dois documentos de significado histórico: as «Conclusões sobre as Relações entre a Comunidade Europeia e a América Latina» e as sobre «Cooperação Industrial com certos Países em Desenvolvimento da América Latina, Ásia, Golfo e Mediterrâneo».

Muito se tem discutido sobre se a aprovação destes documentos basilares se deve a uma reorientação da CEE para a América Latina, em decorrência da adesão de Portugal e de Espanha à Comunidade, se deriva da alteração do quadro político nas relações entre as duas regiões, num sentido mais propício ao diálogo, pelo ressurgimento das democracias no continente latino-americano, ou se resulta de considerações de ordem estratégica que levariam a Comunidade a «descobrir» a América Latina de qualquer forma, mais cedo ou mais tarde. O facto inequívoco é que a própria Comunidade reconhece uma motivação ligada à adesão dos países ibéricos ao mencionar, no preâmbulo das Conclusões de 22 de Junho, que as decisões tomadas respondem aos objectivos «retomados na declaração comum de intenção anexa ao Tratado de adesão da Espanha e de Portugal». Nesse documento, como se recorda, intitulado «Declaração comum de intenção concernente ao desenvolvimento e à intensificação das relações com os países da América Latina», a Comunidade «confirma a importância que ela confere aos laços tradicionais que mantém com os países da América Latina e à cooperação estreita que tem desenvolvido com os mesmos», reafirma «seu desejo de ampliar e de reforçar essas relações económicas, comerciais e de cooperação» e se declara «resolvida a intensificar sua acção com vistas a explorar todas as possibilidades para atingir esse objectivo, permitindo, assim, sua contribuição notadamente ao desenvolvimento económico e social da região latino-americana e a seus esforços de integração regional». As Conclusões de 1987, que constituem uma elaboração, em termos programáticos, das intenções de 1985, acrescentam aos ideais de cooperação económica e comercial os de cooperação política («a cooperação e a concertação reforçadas nos domínios económico e comercial devem ir de par com a intensificação de nossas relações políticas»), importante evolução que mostra quanto é profunda a reorientação que a Comunidade se

propõe seguir. Como quer que seja, deve-se pagar o tributo aos dois países ibéricos de reconhecer-lhes papel importante dentro da Comissão e do Conselho europeus no sentido de alertar a Comunidade para a necessidade de dar à América Latina atenção mais profunda e continuada, senão de levá-la a reconhecer a imbricação de interesses entre as duas regiões, que pode ser o fundamento de uma cooperação recíproca sólida, permanente e de mútuo e crescente benefício.

O que é indiscutível é que, por primeira vez, os Doze falando como Comunidade afirmam (ou «reafirmam», como está nas Conclusões) «a importância particular que eles atribuem ao fortalecimento e ao desenvolvimento das relações entre a Comunidade Europeia e a América Latina, por razões históricas, políticas, económicas e culturais». A concepção estratégica está referida na frase logo a seguir, onde se diz que, em decorrência do reconhecimento de que as duas partes comungam de certos valores e interesses, «conclui-se que a Comunidade Europeia e a América Latina são chamadas a desempenhar conjuntamente um papel activo na construção da sociedade internacional do futuro». Todo o resto do documento é uma reafirmação e uma ilustração desse pensamento e o documento sobre cooperação industrial é já um começo de programa para realização da estratégia anunciada no primeiro papel. Estamos, pois, diante de algo inédito e pejado de consequências.

Como reage a América Latina e o Brasil em particular, diante de um anúncio tão alvissareiro?

Ao longo de todo o atormentado diálogo entre a CEE e a América Latina o que mais se tem ouvido por parte dos representantes latino-americanos é a reiterada afirmação de que a situação existente nas relações entre as duas regiões é uma anomalia. Por todas as razões, históricas, culturais, políticas e económicas, deveria existir uma íntima união entre a Europa e a América Latina e um projecto de crescente compenetração recíproca. Em épocas mais recentes, não têm faltado vozes latino-americanas que procuram alertar para a quase que inelutabilidade de uma aproximação entre as duas regiões, pelo muito que podem se oferecer mutuamente de complementação, a menor das quais não é a possibilidade de expansão do mercado para os países comunitários, num cenário de provável estancamento do crescimento demográfico na Europa, frente à expansão populacional na América Latina. Há indícios de uma crescente percepção comunitária dessas potencialidades. O programa de cooperação industrial poderia ser o impulso inicial para uma revisão mais ampla do relacionamento entre as duas áreas.

A reacção dos embaixadores latino-americanos acreditados junto à CEE, em recente reunião com membros da Comissão (no dia 5 de Outubro de 1987), é ilustrativa da

acolhida favorável que encontrou a decisão do Conselho sobre cooperação industrial. A reunião, primeiro encontro formal do GRULA (Grupo dos Embaixadores latino-americanos acima mencionados) com a Comissão após a aprovação dos referidos documentos, foi convocada especificamente para tratar dessa questão e, por primeira vez, não obstante as diferenças que sobre o assunto possam existir entre os próprios países latino-americanos, encontrou-se uma perfeita coincidência de pontos de vista preliminares sobre um tema de debate entre a Comissão e o GRULA. Estão os dois lados dispostos a trabalhar, em harmonia, na elaboração de propostas concretas, consensuais, para levar a cabo o objectivo de cooperação industrial, dispensando-se das recriminações que têm caracterizado o diálogo entre as duas regiões, em razão dos problemas existentes nas suas relações comerciais.

A cooperação industrial é apenas um capítulo no vasto espectro de relações entre as nossas duas regiões e o que pode fazer a Com unidade para incentivá-la é importante mas necessariamente reduzido. Em última análise, ela vai depender do clima económico em cada lado da cooperação e do interesse que ela possa despertar nos operadores privados, seus verdadeiros agentes. Tem ela, porém, uma enorme irradiação em termos de favorecimento de outras formas de cooperação e é esse aspecto catalisador o que a torna particularmente interessante. Não se pode falar em cooperação industrial sem se falar de investimento (condições para os investimentos privados, tratamento do capital estrangeiro, taxas de juros para empréstimos, tratamentos da dívida privada externa, etc.), de tecnologia (transferência real de tecnologia, acesso a tecnologias de ponta, distribuição internacional da utilização de tecnologias distintas, etc.), de divulgação e informação (acesso a bancos de dados, novas formas de discriminação no acesso à informação, etc.), de formação (preparação de quadros técnicos e de administradores), de abertura de mercado (toda a problemática do proteccionismo e dos subsídios, a qual não pode deixar de ser evocada no momento em que se aumenta a produção para exportação com auxílio externo) e de financiamento das importações e exportações. Enfim, todas as áreas sensíveis do relacionamento económico e comercial serão tocadas. Tudo isso não é possível sem, presidindo a tudo, uma cooperação política ampliada. Ora, como vimos, ambas as partes a postulam agora.

Mas a grande importância do programa de cooperação industrial está em que ele ataca pela raiz o problema dos desequilíbrios comerciais nas relações entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento. Com efeito, como vimos no início, a grande causa estrutural dos problemas nas relações comerciais entre a América Latina e a Comunidade está na assimetria do intercâmbio: o facto de as exportações

latino-americanas para a Comunidade estarem constituídas, quase que na sua totalidade, de matérias-primas e produtos alimentares, enquanto que a maior parte das importações latino-americanas procedentes dos países comunitários está constituída por bens de capital e produtos manufacturados. Recente estudo preparado pelo Centro Europeu de Pesquisas Económicas Aplicadas para o SELA e a Fundação Friedrich Ebert¹⁹, ao analisar essa persistente assimetria, mostra, ademais, como a vulnerabilidade latino-americana se acrescenta com o facto de que apenas três ou quatro produtos chegam a constituir mais de 40 % das exportações totais da América Latina para a Comunidade. «Given the rigidities of the EC common agricultura l policy this product composition of Latin America Exports is a distinct constraint on any export expansion moves», conclui o estudo (p.203). Enquanto não for diminuída essa assimetria, portanto, há pouco o que se possa fazer para sanear as trocas entre as duas regiões.

Sabemos que essa situação é basicamente o resultado das estruturas de produção nos países latino-americanos. Mas não é só isso o que causa a assimetria assinalada. Infelizmente, há que reconhecer a existência de políticas, por um lado, e de tradições, por outro, que têm tornado mais problemática a modificação da composição das exportações latino-americanas para a Europa, no sentido de uma maior diversificação para produtos manufacturados.

Quanto à reacção do Brasil, puderam os embaixadores dos Doze em Brasília escutar, em almoço oferecido pelo Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, no dia 28 de Agosto de 1987, declarações formais que constituem, talvez, a mais clara definição por parte do Governo brasileiro sobre as relações com a Comunidade Europeia. Disse o secretário-geral do Itamaraty, em palavras que fazem recordar directamente o preâmbulo das Conclusões do Conselho acima mencionadas: «Olhemos para o restante do mundo. Onde mais encontraremos tantas afinidades políticas, económicas e culturais do que entre a Europa e a América Latina?» E, mais adiante: «Se temos o direito de esperar da Europa, e das Comunidades Europeias, um juízo sereno, profundo e realista das verdadeiras condições da presença do Brasil no mundo, podemos também anunciar que está hoje decantada no Brasil uma visão igualmente realista e serena das Comunidades Europeias, de sua importância, de suas limitações, de sua força e de sua transcendência. O que quero dizer é que estão dadas as condições para que estabeleçamos um relacionamento frutífero, intenso, dinâmico e profundo, baseado em factos e interesses, e não mais em preconceitos e ilusões. Não há limites para as nossas possibilidades recíprocas: o comércio é apenas uma primeira etapa, estando aí a oferecerem-se os campos promissores da cooperação

científica, do desenvolvimento tecnológico, das *joint ventures* e dos projectos multinacionais.» Creio que nenhuma declaração poderia ser mais implícita sobre a confiança brasileira num relacionamento saudável e profícuo com a Comunidade Europeia.

Dissemos constatar que a CEE dá sinais de se estar interessando por uma relação mais estreita com a América Latina. Isso por si só já poderia resultar num interesse maior da Comunidade pelas relações com o Brasil, visto que ele representa cerca de um terço do comércio comunitário com a América Latina. Mas, independentemente disso, há sinais igualmente objectivos de que a CEE pretende destacar o Brasil como uma área de maior potencial para a cooperação bilateral.

Além das motivações de carácter geral já mencionadas, penso valerem para o Brasil duas considerações especiais para explicar o interesse comunitário: em primeiro lugar, apesar de todas as vicissitudes enfrentadas pelo nosso país para gerenciar o seu crescimento económico num contexto adverso, continua o Brasil a dar demonstração de uma extraordinária vitalidade económica (cf. o comentário da CEPAL acima citado). Em segundo lugar, os recentes acordos de integração parcial firmados com a Argentina e com o Uruguai antecipam, aos olhos da Comunidade, a formação de um poderoso bloco consumidor e produtor na América Latina, cuja capacidade de actuação no mercado internacional não pode ser ignorada.

A estas considerações de ordem económica não se pode deixar de agregar uma consideração de ordem política. Acredita a Comissão Europeia que, por suas dimensões territoriais, pela imensidão de suas riquezas naturais, pelo amplo crescimento de sua população, pela existência de uma classe empresarial de mentalidade moderna e por um espírito generalizado de maior abertura para os contactos internacionais e de agressividade comercial, o Brasil tem condições para exercer, naturalmente, uma posição protagonista no cenário mundial.

Esse interesse da Comunidade por uma mais intensa relação com o Brasil está demonstrado na recente instalação em Brasília de uma representação diplomática da CEE, cuja chefia foi entregue a uma ilustre personalidade portuguesa, o Dr. Amândio de Azevedo. O Brasil deu a justa medida da satisfação com que viu a decisão comunitária e a designação do primeiro chefe de missão comunitário, pelo gesto do Senhor Presidente da República de receber, pessoalmente, as credenciais do representante das Comunidades.

Uma tal evolução vem ao encontro precisamente do que têm sido as aspirações do Governo brasileiro no que respeita às relações com a Comunidade. Este é o espírito

que presidiu à negociação do Acordo-quadro entre o Brasil e a CEE, pelo qual se criou uma comissão mista destinada precisamente a estimular, ampliar e diversificar a cooperação recíproca.

Não se deve perder de vista, porém, a grande assimetria que existe no relacionamento entre o Brasil e a CEE. Se é verdade que a CEE representa cerca de 25% do mercado para as exportações totais do Brasil (ela é o segundo comprador do Brasil) e aproximadamente 15% do total das importações brasileiras (ela é o terceiro supridor do Brasil), o Brasil para a CEE não representa mais do que um mercado de 0,30% de suas exportações totais e 1,0% de suas importações! Outro problema existente nas relações entre o Brasil e a CEE reside na grande concentração desse comércio em uns poucos países membros, alguns dos quais dos mais dinâmicos no comércio internacional. Assim, no que respeita às exportações brasileiras, três países apenas – a Holanda, a República Federal da Alemanha e a Itália – recebem cerca de 60% do total importado pelos doze países membros da Comunidade; se acrescentarmos a esses a França e o Reino Unido, já teremos, nos cinco países, 80% das importações comunitárias oriundas do Brasil. Concentração ainda maior existe do lado das importações brasileiras, com a Alemanha e a França representando 60% do total dos fornecimentos comunitários e estes países mais a Itália e o Reino Unido 80%. Finalmente, nas exportações brasileiras para a CEE a importância relativa dos produtos de base (54 %) é muito maior do que a que tem, por exemplo, no comércio com os Estados Unidos (17%). Ela é maior, mesmo, do que a que tem nas exportações globais do Brasil (34%). O que tudo isso indica é que existe substancial margem para diversificação no intercâmbio do Brasil com os países da Comunidade, tanto em termos regionais como em termos de produtos.

Chegamos, assim, ao fim do nosso pequeno exercício. E é auspicioso que esta nota final seja de optimismo. Caso os pequenos passos que ora se contempla realizar produzam os resultados esperados, há razão para acreditar que o ano 2000 verá bem diferente do actual o panorama das relações entre a Comunidade e o Brasil. Se é verdade que os factos históricos carregam os impulsos de inércia representados pelas tendências a longo prazo, não é menos verdade que resta sempre ao homem a possibilidade de administrar a construção do futuro, reorientando as forças cegas da história. Uma vontade parece estar-se formando de dar novos rumos à cooperação entre a Europa e a América Latina, entre a Comunidade Europeia e o Brasil. É o nosso papel, daqueles que acreditamos na complementação dos interesses das duas partes, estimular essa vontade, instrumentá-la, trabalhar por ela.

Nesse grande esforço, Portugal tem um papel particularmente relevante. Não se trata

de esperar de Portugal que seja o procurador dos interesses do Brasil junto à Comunidade, da mesma forma como seria absurdo reconhecer à Espanha ou buscar para ela um papel semelhante no que diz respeito à América hispânica. Pensar que a América Latina possa ser o «sul» da península Ibérica, por analogia com a forma de relacionamento especial que se criou na Comunidade entre certos países europeus e suas recentes ex-colônias africanas, é ver de forma totalmente equivocada as realidades das relações entre nosso continente e a península Ibérica. As associações criadas entre aqueles países africanos e certos países europeus responderam à necessidade de levar em conta situações coloniais ou pós-coloniais específicas, que criavam para as ex-potências colonizadoras responsabilidades inelutáveis ou a necessidade de assegurar uma adaptação progressiva das economias de ambos os lados, potências colonizadoras e nações colonizadas, a uma nova situação de relações soberanas. No caso dos países latino-americanos, as vinculações de natureza cultural que inegavelmente existem entre eles e os países ibéricos não resultam de laços criados artificialmente por situações coloniais recentes nem da persistência de interesses económicos especiais nas relações económicas e comerciais. Na verdade, do ponto de vista cultural, as vinculações latino-americanas mais ponderáveis são, hoje em dia, mais com o que poderíamos chamar de «cultura ocidental», do que com as formas precisas que essa cultura ocidental assumiu em Portugal ou em Espanha. Trata-se, reconheço, de uma generalização um tanto ampla. Mas não devemos deixar que o sentimento de um inequívoco parentesco unindo os povos latino-americanos aos ibéricos disfarce, em benefício de uma retórica da fraternidade, evoluções distintas e interesses por vezes contraditórios. Sabemos que os primeiros resultados da integração de Portugal e da Espanha na Comunidade Económica Europeia não são favoráveis à América Latina, não são favoráveis ao Brasil. Nosso comércio recíproco sofrerá. Esperamos que as adaptações necessárias, decorrentes dessas adesões, se processem rapidamente e com o mínimo de consequências negativas para o intercâmbio bilateral. Temos confiança em que, com espírito construtivo, serão encontradas compensações adequadas para os prejuízos sofridos, mesmo porque acreditamos que é do interesse de todos manter dinâmicas as relações entre nossas regiões e aproveitar o potencial de simpatia e familiaridade que existe entre latino-americanos e ibéricos para a construção de uma base maior de entendimento e cooperação entre a Europa e a América Latina. No que respeita ao Brasil, não é com outro espírito que encaramos a presença de Portugal na CEE.

Notas

- ¹ As relações externas das Comunidades Europeias e a América Latina., documento de trabalho preparado para a VII Reunião Ordinária do Conselho Latino-Americano, Caracas, 16 a 25 de Agosto de 1982, pelo Secretariado do SELA. Ref. SP/CL/VIII.O/Di n.1
- ² IMFSurvey, 27.7.1987, p. 226.
- ³ Europe, 13.10.1987.
- ⁴ *Economic Relations between the European Economic Community and Latin America - A Statistical Profile*, IRELA, Working Paper n.º 10, Madrid, 1987, pp. 5 e 6.
- ⁵ «Comércio de la Comunidad Económica Europea corr América Latina», Patricio Leiva Lavalle, Santiago, Maio de 1987.
- ⁶ «World Commodity Trade: Review and Outlook», UNCTAD, TB/B/C.1/235, Genebra, 4.5.1983.
- ⁷ «O proteccionismo dos países industrializados: estratégias regionais de negociação e defesa.», CEPAL, LC/G 1459, 8.6.1987.
- ⁸ IRELA, *op. cit.*, pp. 7 e 8.
- ⁹ «Estudio Económico de América Latina y el Caribe – 1986», CEPAL, Santiago, Maio de 1987.
- ¹⁰ Veja-se carta dos economistas Paul Samuelson (Massachusetts Institute of Technology), James Tobin (Yale University), Franco Modigliani (Massachusetts Institute of Technology), Robert Eisner (North Western University) e Rudiger Dornbusch (Massachusetts Institute of Technology) a *The Times*, publica da na edição de 28 de Abril de 1987.
- ¹¹ Dados constantes do Relatório Económico Anual da Comissão Europeia, publicado em Outubro de 1987.
- ¹² *Anuário Estadístico de América Latina e el Caribe – 1986*, CEPAL, Santiago, Junho de 1987.
- ¹³ *Financia! Times*, 29 de Setembro de 1987.
- ¹⁴ Veja-se a respeito a intervenção do delegado do Brasil ao XIX Período de Sessões do Comité Plenário da CEPAL em Agosto de 1987, doc. LC/G.1479(PC. 19/4), p.8.
- ¹⁵ Cf. «Informe dei Décimo Período de Sesiones dei Comité de Expertos Gubernamentales de Alto Nivel» da CEPAL, doe. LC/G.1480 (CEG.13/2), de 2.9.1987.
- ¹⁶ «Industrialización y Desarrollo Tecnológico», Informe n.º 4 da Divisão Conjunta CEPAL/ONUDI de Indústria e Tecnologia, Santiago, Julho de 1987.
- ¹⁷ Mike Voung, «The OECD Economies to 2000», *European Affairs*, n.º 3/87, pp. 94 a 111.

¹⁸ Op. cit. N. 16, p.16.

¹⁹ «Economic Relations between the European Economic Community and Latin America», PROGNOS, Basel, Abril de 1987.